

MATTAR, Khris. O movimento de justiça global – uma nova mobilização política de resistência? Tradução de Khris Mattar e Andréia Rosenir da Silva. Ijuí: Unijuí, 2013. 432 p. (Coleção Relações internacionais e globalização).

Silvana Winckler*

A obra *O movimento de justiça global – uma nova mobilização política de resistência?* (2013), de Khris Mattar, prefaciada por Ilse Scherer-Warren, professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC e Coordenadora do Núcleo de Movimentos Sociais (NPMS), trata de tema até então inédito no Brasil: a mobilização de vontades e a formação de espaços de discussões e ações políticas voltados à liberdade de manifestação e à consolidação dos direitos da cidadania. Além do ineditismo do tema, merecem destaque a profundidade e a extensão da abordagem, tanto no aspecto analítico quanto na metodologia adotada. A revisão de literatura contempla autores clássicos e atuais, (re)conhecidos e periféricos em relação aos círculos acadêmicos contemporâneos. A autora tem formação eclética, construída entre Brasil e Inglaterra. A pesquisa de campo que resulta nesta obra foi realizada nesses dois países e também na Itália e Tailândia, inserindo-se em três continentes. Esse conjunto de fatores faz da obra uma referência necessária aos estudos de Relações Internacionais, Ciências Sociais, Ciência Política e Direito, destacadamente.

O estudo tem início com uma análise do fenômeno da globalização neoliberal em suas dimensões econômica, política e social. Que fatores contribuíram na formação do cenário de economia globalizada? Quais doutrinas políticas proporcionam suporte ideológico a esse modelo de mundialização da gestão dos fatores da produção? Quantos consensos/dissensos foram engendrados pelos atores estatais e não estatais na trajetória rumo à dominação capitalista globalizada? Para responder adequadamente a esses questionamentos, Khris Mattar dedica-se a investigar o papel dos atores neoliberais no mundo globalizado. FMI, Banco Mundial, OMC e corporações transnacionais

* Professora da Unochapecó, Doutora em Direito pela Universidade de Barcelona.

são protagonistas de novas relações internacionais que transfiguram as dimensões espaço-temporais das organizações econômicas clássicas e demandam novas *performances* aos Estados. As sucessivas reformas estatais em direção ao Estado mínimo foram, mais que demandas internas de uma classe dominante, imposições do neoliberalismo.

As consequências imediatas das operações desses grupos de poder foram a desresponsabilização dos governos nacionais ante o colapso de algumas economias, o aumento do desemprego, o aprofundamento da desigualdade social e o agravamento da crise ambiental. De quebra, veio a desmobilização da crença nas promessas de liberdade, prosperidade, democracia e paz. Tamanha iniquidade acarretou a ausência de qualquer expectativa de justiça para segmentos populacionais discriminados e excluídos.

Na sequência, ganha espaço o estudo da origem, natureza e função do Movimento de Justiça Global. Khris Mattar dedica-se a analisar as teorias dos movimentos sociais e sua relevância para favorecer a compreensão desse novo movimento. Nesse desiderato, perpassa as Escolas Americana e Europeia e a teoria da mobilização política, tendo como escopo a natureza dos movimentos sociais que embasaram tais teorizações. Enfrenta, então, o inevitável desafio de caracterizar o Movimento de Justiça Global: trata-se de um movimento de âmbito internacional que compreende uma pluralidade de questões, organizações e participantes e que renuncia a manifestos, ideologias, líderes, sedes e porta-vozes. Foi designado como movimento antiglobalização, anticapitalista, da sociedade civil, da democracia global. Deu expressão a um sentimento de decepção geral com a política organizada no âmbito do Estado-nação.

Como marco inicial do MJG, é mencionada a Rebelião Zapatista, em Chiapas, contra o Nafta (1994), precedida, na década de 1980, por manifestações contra as pautas neoliberais de Bretton Woods. Seguiram-se as mobilizações de Seattle e Colônia (1999), Praga (2000), Gênova (2001), entre outras, e os sucessivos Fóruns Sociais Mundiais realizados, inicialmente, em Porto Alegre (Brasil) e, em seguida, em outros países e continentes. Esses eventos são indicativos da natureza global e local do movimento, sem que isso suscite contradição. Boaventura de Sousa Santos fala das tendências ao globalismo localizado e ao localismo globalizado como características da sociedade pós-moderna. As

dimensões global e local condicionam-se mutuamente, ora como extensões, ora como reações ou rebatimentos. Pensar globalmente e agir localmente são um desafio para os ativistas da era da informação.

Outra marca do MJG, a diversidade, pode ser encontrada nas causas que o movimento defende (pluralidade de temas), nos seus atores (trabalhadores, ambientalistas, donas de casa, militantes políticos, grupos religiosos...), formas de organização (grupos, fóruns, coalizões, velhos e novos movimentos sociais, redes...) e opiniões políticas (compreendendo ampla variação de ideologias anticapitalistas). O que poderia ser Babel ganha unidade no ânimo contra a globalização neoliberal, o déficit democrático e o deserto político.

A internet desempenha papel fundamental na geopolítica das lutas contemporâneas por liberdade, democracia e justiça. Um novo ativismo político tornou-se possível com o uso das novas tecnologias, de modo que a autora dedica uma parte da obra a esse tema.

Cada leitura é um ponto de vista. Cada leitor/a reconstrói a obra em consonância com as suas referências teóricas, vivências e desejos. O ponto de vista da autora, ou “plano da obra”, é explicitado num capítulo em que ela descreve o percurso metodológico da pesquisa. Trata-se de pesquisa qualitativa e exploratória, viabilizada mediante estudos de caso realizados com Organizações de Movimentos Sociais. Aspectos éticos da entrada em campo foram atentamente considerados nesse estágio da investigação.

Os resultados da pesquisa são apresentados em dois capítulos, que têm como títulos “Ativismo político e social no Sul” e “Ativismo social e político no Norte”. Juntamente com a explicitação da metodologia, que desperta especial interesse pela riqueza de detalhamentos, esses capítulos traduzem as contribuições mais efetivas da autora à compreensão do Movimento de Justiça Global, fenômeno novo, aberto e flexível para o qual ainda estão sendo pensadas categorias de análise. A leitura da obra é agradável e estimulante. Espera-se que suscite interesse pelo tema no Brasil e inspire novos estudos igualmente criativos.